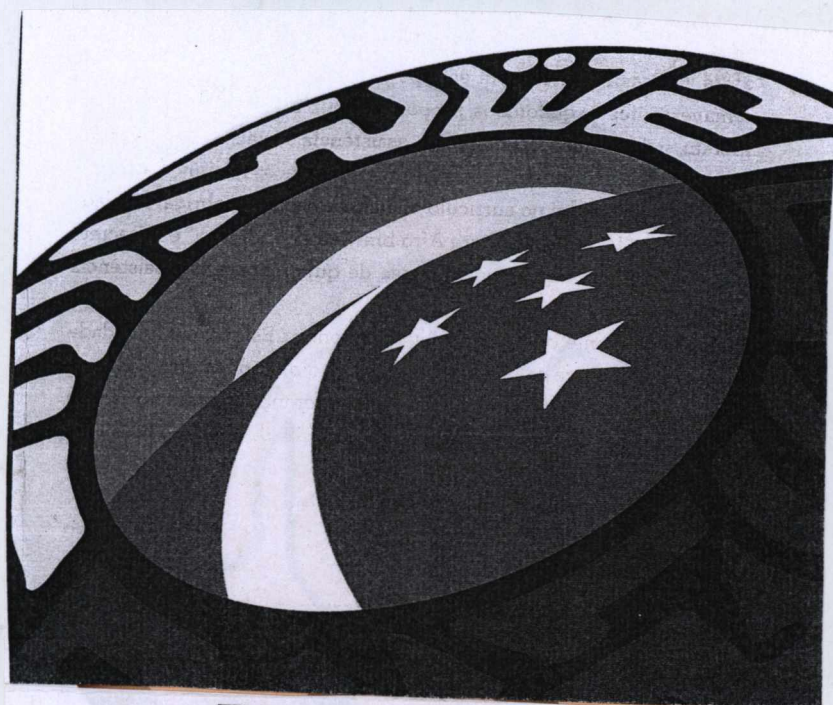


PROGRAMA DE GOVERNO 2011/2014

PROPOSTA

Igualdade Racial



Para o Brasil
seguir promovendo
a igualdade racial

Dilma ^{PT} **13**
PRESIDENTE

VICE MICHEL TEMER



ens valores, línguas, conhecimentos, culturas, costumes, tradições, expressões artísticas, espiritualidade e preservar seus locais sagrados e sítios arqueológicos. Cabe, ainda, promover a inclusão das populações indígenas nos equipamentos de educação e saúde, garantindo suas especificidades e seus saberes tradicionais.

12. Comunicação e questões raciais:

• garantir que a política de comunicação governamental e as peças publicitárias contratadas pelo Governo reflitam a diversidade étnico racial brasileira;

• estimular a produção de campanhas e ações que divulguem e promovam conteúdos sobre o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial;

Construindo a promoção da igualdade racial, para o Brasil Seguir Mudando.

13. Segurança pública e cidadã

• criar programa de segurança pública voltado para os afrodescendentes nas moldas do Projeto Favela, que objetiva resgatar e capacitar jovens em situação de vulnerabilidade social;

• implementar programas de combate sistemático ao alto índice de mortalidade da juventude negra com projetos sociais de combate às drogas e de prevenção da violência policial;

• ampliar e fortalecer a iniciativa de criação de uma disciplina sobre diversidade racial nas graduações de polícia, capacitando os agentes de segurança para

discriminação em geral, e as que discriminam as pessoas de diferentes cores e etnias, com ênfase na população negra, por meio da Ação do Proasoc.

Participe da formulação do Programa de Governo de Dilma Presidente. Encaminhe suas sugestões para programadegoverno@dilma13.com.br e contribua com as melhores propostas para o Brasil Seguir Mudando.

Coligação Para o Brasil Seguir Equilibrado
Dilma Rousseff, Candidata a Presidente
Michel Temer, Candidato a Vice-Presidente

Partidos da Coligação

- Partido dos Trabalhadores (PT) - Eduardo Braga, Ex-Ministro da Saúde (Presidente)
- Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) - Michel Temer, Ex-Presidente
- Partido Comunista do Brasil (PCdoB) - José Renato Paes de Queiroz
- Partido da República (PR) - Alfredo Nascimento, Ex-Ministro
- Partido Democrático Trabalhista (PDT) - Carlos Lacerda, Ex-Senador
- Partido Republicano Brasileiro (PRB) - Vitor Paulo Andrade, Ex-Senador (Presidente)
- Partido Social Cristão (PSC) - Vitor Jorge, Ex-Ministro da Saúde
- Partido Socialista Progressista (PSP) - Eduardo Carneiro, Ex-Ministro
- Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) - Daniel de Oliveira, Ex-Ministro
- Partido Trabalhista Nacional (PTN) - José Milton de Moraes, Ex-Ministro

Comissão de Programa de Governo

Construindo a promoção da igualdade racial para o Brasil seguir mudando

Angela Gomes, Maria Luiza, Maria José, Maria José, Maria José

Comissão de Programa de Governo: Igualdade Racial

Colaboraram com este texto

Alexsandro Albuquerque, Rita Azeiteiro, Edson Farias, Eliete Gomes, Flávia
Bragança, Érika de Souza, Flávia Flávia, Jorge Luiz, Juliana Gomes, Carolina
Luís de Anápolis, Machado de Paiva, Ivone de Paiva, Juliana Cavalcanti, Jorgelina
José Gustavo, Cida Eira, Maria Rosângela, Ana, Maria Divalina, Joana Maria,
das Chagas, Olívia Santana, Ricardo Oliveira, Vânia de Nascimento, Luciane
Valéria, Tomar

Comitê Dilma Presidente

www.dilma73.com.br

Participe da formulação do Programa de Governo de Dilma Presidente.
Encaminhe suas sugestões para programadegoverno@dilma73.com.br
e contatue com as melhores propostas para o Brasil seguir mudando.

Índice

Introdução.....	6
-----------------	---

13 Pontos para a Promoção da Igualdade Racial

1. Acesso da população negra à saúde integral e na sua especificidade	8
2. Inserção produtiva qualificada da população negra	8
3. Expressar a identidade do Brasil nas relações internacionais.....	9
4. Desenvolvimento econômico com equidade	9
5. Gestão participativa para a promoção da igualdade racial	9
6. Protagonismo e afirmação das mulheres negras.....	10
7. Protagonismo e afirmação da juventude negra.....	10
8. Equidade no acesso à terra.....	10
9. Educação para a igualdade racial.....	11
10. Cultura para a afirmação e o desenvolvimento da população negra, indígena e de outras expressões étnicas	12
11. Cidadania e Direitos Humanos.....	12
12. Comunicação e questões raciais.....	13
13. Segurança pública e cidadã.....	13

Introdução

A continuidade do ciclo de avanço social e econômico brasileiro iniciado com o governo Lula em 2003 exige o aprofundamento do combate às desigualdades raciais e sociais.

No processo eleitoral de 2010 dá-se a disputa do nosso projeto para um Brasil cada vez mais justo e democrático, com o projeto das forças conservadoras que historicamente se opuseram à distribuição de renda e à universalização dos direitos fundamentais da população.

O Brasil é o país com maior população negra fora do continente africano. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD de 2009, 51,1% da população declararam-se pretos ou pardos. Desde 2003, o governo Lula vem ampliando as iniciativas em favor dos afrodescendentes. Naquele ano foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial- Seppir. A Seppir realizou duas conferências nacionais e desenvolveu políticas em transversalidade com outros ministérios e órgãos do governo.

Nesse período foram criados o Fórum Intergovernamental de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Fipir e o Conselho Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial- Cnpir, órgãos que garantem o planejamento e a participação social na avaliação e na orientação dos programas e ações de combate ao racismo institucional.

Programas sociais como o Bolsa Família, o ProUni, o Brasil Alfabetizado, o Brasil Quilombola e o Território da Cidadania têm melhorado a qualidade de vida da população mais pobre, majoritariamente negra. Juntam-se a isso as inúmeras experiências de políticas de cotas raciais e sociais adotadas pelas instituições de ensino superior no País, desde a III Conferência Mundial Contra o Racismo.

As ações do governo Lula com o objetivo de resgatar a cultura e os direitos de cidadania das populações indígenas marcam uma nova abordagem, pautada pelo respeito à diversidade dessas populações, buscando assegurar para cada povo ou comunidade que habite uma terra indígena um processo próprio de desenvolvimento adequado à realidade e ao anseio daquele povo ou comunidade.

Hoje, vivem no Brasil cerca de 460 mil índios, considerando os que vivem em aldeias, e entre 100 e 190 mil índios que vivem fora das terras indígenas, inclusive em áreas urbanas. Há também 63 referências de índios ainda não-contatados.

A proteção das terras indígenas, por meio da regularização fundiária, da recuperação de áreas degradadas e da gestão ambiental e territorial articula-se com as ações de promoção da cidadania das populações indígenas, como a documentação e a valorização de suas línguas e de seu patrimônio

cultural, o ensino diferenciado, a atenção especial à saúde e à inclusão das populações indígenas em programas sociais, como Bolsa Família, Benefício de Proteção Continuada - BPC, Cisternas e Luz para Todos.

Entre 2003 e 2009, mais de oito mil indígenas foram instruídos em cursos de magistério e de licenciatura para formação e capacitação de professores do ensino médio e fundamental. Mais de três mil estudantes indígenas recebem apoio para acesso e permanência em instituições de ensino nos centros urbanos. Desse total, 1.024 estão matriculados no ensino superior. A atenção à saúde reduziu a mortalidade infantil entre a população indígena de 74 óbitos a cada mil nascidos vivos, em 2000, para 46 óbitos, em 2008.

Hoje, há leis que tratam das desigualdades baseadas no preconceito, na discriminação e no racismo. Vale destacar a Constituição de 1988, que criminaliza o racismo; as Leis 10.639/03 e 11.645/07, que estabelecem o ensino da História e da Cultura afro-brasileira, africana e indígena; o Decreto 4887/03 que regulariza as terras de quilombos e; a recente sanção do Estatuto da Igualdade Racial, que consolida políticas voltadas à população negra.

Lula estabeleceu uma nova relação do Brasil com a África. Foi o Presidente que mais visitou países daquele continente e celebrou parcerias, trocas comerciais, culturais e científicas. Com a

América Latina e o Caribe, o governo investe em uma agenda de fortalecimento da integração, de cooperação em todas as áreas e de trocas culturais de valorização da identidade e da soberania daqueles países.

A criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Unila e da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira - Unilab avança de maneira inédita na integração entre os países pela via da cooperação, do trabalho compartilhado e da educação. A mobilidade estudantil nas comunidades latino-americanas e luso-afro-brasileiras, os intercâmbios cultural, científico e educacional favorecem a construção de uma identidade entre os países e o desenvolvimento de cada um.

A eleição de Dilma Rousseff abrirá uma nova página na História, na medida em que dará impulso e aprofundará o projeto nacional de desenvolvimento com distribuição de renda, sustentável e de longo prazo em curso no Brasil.

Para tanto, treze compromissos sintetizam nossos objetivos de ampliar as políticas de promoção da igualdade racial, pautadas na transversalidade dos programas voltados aos quilombos, às comunidades de terreiro, aos indígenas e ciganos, destacando os jovens e as mulheres negras, tendo em vista o fortalecimento das ações afirmativas realizadas pela Seppir, pela Fundação Cultural Palmares, pelo Incra e pela Secad.

13 Pontos para a Promoção da Igualdade Racial

1. Acesso da população negra à saúde integral e na sua especificidade:

• implementar a Política Nacional de Saúde da População Negra, reconhecendo sua especificidade e garantindo sua implementação nos Estados e municípios, tendo como referência o SUS. Assegurar os recursos necessários no Plano Plurianual e nas leis orçamentárias anuais da União. Para tanto, é necessário reconhecer e superar a desigualdade com base em critérios étnicos e raciais no atendimento público de saúde brasileiro;

8 • capacitar os profissionais de saúde, por meio de formação e de treinamento adequados para lidar com as especificidades da saúde e das doenças prevalentes da população negra;

• garantir política de saúde para a redução das mortalidades materna e neonatal, bem como as mortes por doenças infecciosas e parasitárias que atingem com prevalência a população negra;

• ampliar as ações do SUS no que tange aos atendimentos e aos procedimentos para as pessoas portadoras de doença falciforme, com publicidade e elaboração de manuais e cartilhas com informações sobre os sinais, sintomas e mecanismos de tratamento da doença;

• desenvolver campanha educativa de promoção da saúde da população negra, visando à melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

2. Inserção produtiva qualificada da população negra:

• criar o Programa Nacional de Geração de Emprego, Renda e Empreendedorismo Afrodescendente, com recorte geracional e de gênero, possibilitando a inserção no mercado de trabalho de forma qualificada;

• garantir a implantação da agenda nacional de trabalho decente no Brasil, fortalecendo as dimensões de gênero e raça nas políticas públicas de combate à pobreza e geração de emprego;

• ampliar os direitos dos trabalhadores domésticos, bem como o programa de qualificação profissional com elevação de escolaridade;

• fortalecer e ampliar o Plano Setorial de Qualificação - PlanSeq - Comércio e Serviços para Profissionais Afrodescendentes, com a finalidade de implementar a formação inicial e continuada desse segmento, bem como sua inserção no mercado de trabalho e o estabelecimento de ações integradas de certificação e orientação profissional;

• trabalhar para que a adoção de políticas afirmativas em empresas e cooperativas seja um critério diferencial em processos licitatórios de concorrências públicas,

bem como em solicitação de financiamentos, subsídios, licenças e outros;

- criar mecanismos que possibilitem às empresas, inclusive às multinacionais, desenvolver programas de diversidade que valorizem a ascensão profissional de negros e mulheres;
- estabelecer políticas para a formalização do trabalhador informal e de estímulo ao crescimento da renda domiciliar per capita dos trabalhadores negros.

3. Expressar a identidade do Brasil nas relações internacionais.

A ação do Brasil nas relações internacionais deve levar em conta os efeitos da diáspora africana e sua influência na construção de nossa identidade nacional. Nesse sentido é compromisso do governo Dilma:

- fortalecer, em todos os setores, a cooperação no eixo Sul-Sul;
- criar uma agenda comum de cooperação multilateral com os países latino-americanos, do Caribe, da África e da América do Norte para combater os efeitos da escravidão e do colonialismo.

4. Desenvolvimento econômico com equidade:

- desenvolver, em parceria com a iniciativa privada e as instituições públicas de fomento, ações de formação e capacitação dirigidas aos empreendedores e às empreendedoras afrodescendentes e programas de apoio a

empreendimentos étnico-sustentáveis e de economia solidária;

- criar programa com caráter interministerial envolvendo as áreas de desenvolvimento social, econômico e agrário e de ciência e tecnologia que permita o fortalecimento e a ampliação das políticas de promoção da igualdade racial;
- implantar linha de crédito para financiamento e fomento de iniciativas de jovens empreendedores e empresários negros e negras, bem como para cooperativas de trabalhadoras e trabalhadores negros autônomos;
- trabalhar para que as ações de saúde, educação e inclusão digital que serão desenvolvidas com recursos do Fundo Social do Pré-Sal contemplem a redução da desigualdade racial e a promoção da diversidade, com ênfase nos segmentos da juventude e da mulher negra.

5. Gestão participativa para a promoção da igualdade racial:

- assegurar que as políticas de ações afirmativas e de promoção da igualdade racial sejam transversalizadas no âmbito de ministérios, secretarias e demais órgãos da administração pública federal;
- garantir inclusão dos recursos necessários no PPA e nas leis orçamentárias nacionais da União para implementar o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial e as políticas que desse Plano derivarem;

• fortalecer a estrutura da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir, bem como a dos demais órgãos federais, de modo que implementem políticas de promoção da igualdade racial garantindo a transversalidade das ações.

6. Protagonismo e afirmação das mulheres negras:

- implementar políticas de ações afirmativas transversais que garantam o protagonismo das mulheres negras no desenvolvimento econômico sustentável, executando projetos específicos nas áreas de educação, saúde, acesso à terra, mercado de trabalho, geração de renda e de Direitos Humanos;
- executar, em sua totalidade, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em especial as ações voltadas para as mulheres negras;
- consolidar o recorte racial / étnico nas ações no âmbito do SUS, garantindo a manutenção do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher - Paism do Ministério da Saúde.

7. Protagonismo e afirmação da juventude negra:

- implementar políticas de ações afirmativas transversais no Governo Federal e em projetos específicos para a juventude negra nas diversas áreas, como

educação, saúde, cultura, esporte, lazer, moradia, mercado de trabalho, geração de renda e Direitos Humanos;

- promover políticas para preservação da vida e da cidadania da juventude negra atuando na prevenção da violência, inclusive a da violência policial;
- ampliar e aprimorar o Pró-Jovem, tendo em vista as demandas da juventude negra.

8. Equidade no acesso à terra:

- assegurar a titulação das terras ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos, garantindo sua reprodução física, social, econômica e cultural, bem como as áreas detentoras dos recursos ambientais necessários à subsistência das comunidades, à preservação de seus costumes, tradições, cultura e lazer, englobando os espaços de moradia e os locais destinados aos cultos religiosos e sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos;
- fortalecer as bases legais da política para as comunidades quilombolas para, em médio prazo, acelerar a liberação de processos em andamento nas superintendências regionais do INCRA, com apoio e infraestruturas econômica e tecnológica, bem como desenvolver programas locais de educação, saúde, saneamento e água potável, garantindo que não haja retrocesso no conceito de quilombo de terras ocupadas;

- fomentar o desenvolvimento e a inclusão produtiva por meio de cursos de formação e capacitação que valorizem os saberes e os costumes locais das comunidades, contribuindo para o fortalecimento das redes de inclusão produtiva, tais como a Rede Selo Quilombo Brasil;
- desenvolver ações para fortalecer a agricultura familiar nas comunidades quilombolas, oferecendo formação sobre o agronegócio, a utilização adequada de insumos agrícolas e a utilização dos recursos hídricos naturais para uma sociedade sustentável;
- desenvolver programas e políticas públicas para o resgate e o reconhecimento da cultura e das práticas do cotidiano das comunidades quilombolas, como festas, elementos religiosos, culinária, entre outros e a promoção da educação quilombola;
- fortalecer as políticas de desenvolvimento do campo, com ênfase na democratização do acesso à terra e aos bens públicos como educação, saúde, habitação e infraestrutura, a crédito e a tecnologia para a melhoria da produção, a inclusão social e a geração de renda.

9. Educação para a igualdade racial:

- estimular as Ifes e as IES a criarem programas de ações afirmativas que incluam a população negra, reafirmando a política de cotas para afrodescenden-

tes, que vem garantindo a permanência e o sucesso dos estudantes cotistas no ensino superior;

- fortalecer o diálogo federativo em relação ao Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e da Cultura afro-brasileira e africana;
- ampliar a concessão de bolsas de estudos para graduação e para a pós-graduação para afrodescendentes na Capes / CNPQ / Secad / Seppir;
- apoiar o pleno desenvolvimento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros-Neab nas universidades federais, dotando-os dos recursos necessários, com linhas de financiamento que possibilitem ambiente propício à pesquisa e à produção de conhecimentos;
- ampliar o ProUni para maior inserção da juventude negra nas universidades, criando condições para o sucesso desses jovens em seus estudos;
- acelerar, por meio do diálogo e do aprofundamento do pacto federativo, a implementação imediata das Leis 10.639 e 11.645, que estabelecem o ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena na rede pública e privada; e atuar para que também seja incluído o ensino sobre outras culturas do mundo com presença na cultura brasileira, como a árabe e a asiática, assim como sobre acontecimentos histó-

ricos - a exemplo do holocausto - que evidenciem a questão racial;

- realizar cursos de qualificação docente nas instituições de ensino superior, priorizando as licenciaturas, com o intuito de desenvolver os conteúdos alusivos aos artigos 26 A e 78 da LDB, bem como àqueles referentes à Lei 10.639/ 03.

10. Cultura para a afirmação e o desenvolvimento da população negra, indígena e de outras expressões étnicas:

- criar programas e ações para as sociedades negras, clubes negros, blocos afros e diversas formas coletivas de manifestação da população como forma de preservar o patrimônio cultural material e imaterial desses grupos;

- incentivar a abertura de linhas de crédito específicas para o desenvolvimento da cultura como importante fonte de geração de renda para a população negra;

- garantir políticas públicas que assegurem o lazer e a promoção da cultura negra, valorizando as expressões culturais próprias da juventude negra, contribuindo para a afirmação de sua autoestima;

- garantir recursos para projetos sociais que resgatem a cultura negra e privilegiem a terceira idade, as crianças e os adolescentes, utilizando todas as linguagens e áreas de artes;

- estimular a criação de polos de cultura focados nas tradições de matrizes africanas, bem como a valorização da contri-

buição cultural judaica, árabe, latino-americana, caribenha e do Extremo Oriente;

- promover cursos de formação envolvendo grupos e artistas negros ligados às tradições de matrizes africanas para ampliar a capacidade de gestão de projetos e o acesso às políticas públicas.

11. Cidadania e Direitos Humanos:

- garantir a laicidade do Estado e de suas instituições públicas e combater a intolerância às religiões de matriz africana e outras confissões religiosas, promovendo ações integradas entre os Ministérios da Justiça, da Educação, da Cultura e da Seppir com o Ministério Público e a participação dos setores organizados para garantir a liberdade de culto, bem como garantir igualdade de oportunidades aos bens e serviços promovidos pelo Estado brasileiro;

- executar a política do Estado brasileiro para as populações indígenas, marcada pelo respeito integral aos direitos fundamentais e pelo respeito à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, promulgada em 2004 pelo Decreto nº 5.051, que assegura os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam e sobre os recursos ambientais necessários à reprodução física, social, econômica e cultural das comunidades. Cabe, desse modo, proteger e promover a revitalização de

seus valores, línguas, conhecimentos, culturas, costumes, tradições, expressões artísticas, espiritualidade e preservar seus locais sagrados e sítios arqueológicos. Cabe, ainda, promover a inclusão das populações indígenas nos equipamentos de educação e saúde, garantindo suas especificidades e seus saberes tradicionais.

12. Comunicação e questões raciais:

- garantir que a política de comunicação governamental e as peças publicitárias contratadas pelo Governo reflitam a diversidade étnico racial brasileira;
- estimular a produção e a divulgação de campanhas e ações educativas que divulguem e propaguem informações e conteúdos sobre a temática do combate ao racismo e a promoção da igualdade racial.

13. Segurança pública e cidadã:

- criar programa de segurança pública voltado para os afrodescendentes, nos moldes do Projeto Farol, que objetiva resgatar e capacitar jovens em situação de vulnerabilidade social;
- implementar programas de combate sistemático ao alto índice de mortalidade da juventude negra com projetos sociais de combate às drogas e de prevenção da violência policial;
- ampliar e fortalecer a iniciativa de criação de uma disciplina sobre diversidade racial nas academias de polícias, capacitando os agentes de segurança para uma abordagem não-discriminatória em relação à população negra;
- promover campanhas que deem maior visibilidade às medidas de segurança pública com ênfase na população negra, por meio de ações do Pronasci.

Coligação Para o Brasil Seguir Mudando

Dilma Rousseff. Candidata a Presidente
Michel Temer. Candidato a Vice-Presidente

Partidos da Coligação:

Partido dos Trabalhadores (PT). José Eduardo de Barros Dutra (Presidente)
Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Michel Temer (Presidente)
Partido Comunista do Brasil (PCdoB). José Renato Rabelo (Presidente)
Partido da República (PR). Alfredo Nascimento (Presidente)
Partido Democrático Trabalhista (PDT). Carlos Lupi (Presidente)
Partido Republicano Brasileiro (PRB). Vitor Paulo Araujo dos Santos (Presidente)
Partido Social Cristão (PSC). Victor Jorge Abdala Nosseis (Presidente)
Partido Socialista Brasileiro (PSB). Eduardo Campos (Presidente)
Partido Trabalhista Cristão (PTC). Daniel S. Tourinho (Presidente)
Partido Trabalhista Nacional (PTN). José Masci de Abreu (Presidente)

Comissão de Programa de Governo:

Marco Aurélio de Almeida Garcia (Coordenador)
Alessandro G. Teixeira (Coordenador Executivo)

Membros:

Ângela Gomes, Cilene Antonioli, Jackson de Toni, Laudemir Müller,
Marta Coerin, Mary Célia Guirado, Telma Feher.

Caderno Temático de Programa de Governo: Igualdade Racial.

Colaboraram com este texto:

Alexandro Anuniação Reis, Anita Costa, Edson França, Edson Santos, Élon Bragança, Euclides Vieira Silva, Flavio Jorge Rodrigues da Silva, Gilmar Santiago, Ivaldo Ananias Machado da Paixão, Ivonei Pires, Ivonete Carvalho, Jorge Coutinho, José Cristiano Cruz Lima, Maria Aparecida Abreu, Maria Doralice da Rocha, Martvs das Chagas, Olivia Santana, Ricardo Quirino, Valneide Nascimento dos Santos, Valter Pomar.

Comitê Dilma Presidente

www.dilma13.com.br



Para o Brasil seguir mudando



ELEICAO 2010 DILMA VANA ROUSSEFF PRESIDENTE, CNPJ/MF sob o nº 12.182.444/0001-74
COLIGACAO "PARA O BRASIL SEGUIR MUDANDO" (PT-PMDB-PCdoB-PDT-PRB-PP-PSB-PSC-PTC-PTN)
CNPJ DA GRAFICA: 07.263.666/0001-81 - TIRAGEM: 1000 UNIDADES

PT PRESIDENTE
Dilma13
VICE MICHEL TEMER